


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo Digital nº: **1001294-31.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Radio Progresso Sao Carlos Ltda**  
 Requerido: **Rodnei Dias Comércio de Veículos Ltda Me**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**Radio Progresso de São Carlos Ltda** propôs ação de cobrança em face de **Rodnei Dias Comercio de Veiculos Ltda – ME**. Alegou ter firmando contrato de prestação de serviços, cedendo horários em sua programação para promover a empresa requerida. Entretanto, a parte requerida tornou-se inadimplente no valor atualizado de R\$ 2.759,33. Pede-se a quitação do débito.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 06/39.

Devidamente citada (fl.51), a requerida quedou-se inerte à presente ação.

**É o breve relatório.****Fundamento e Decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp 2.832 – RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de cobrança que a autora interpôs em face do réu diante do inadimplemento quanto aos serviços prestados.

Conquanto regularmente citada, a parte ré não respondeu à demanda dentro do prazo que lhe foi conferido. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da autora, o que deve ser feito, já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

Fica devidamente comprovada a relação jurídica entre as partes com os documentos juntas às fls. 28/29. O contrato de prestação de serviços foi emitido em nome do réu que, como já comprovado à fl. 30, não cumpriu com a sua obrigação e está em débito no valor de R\$ 2.759,33.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A parte ré teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pela autora; no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos. Havendo alegação de inadimplemento, competia ao réu a prova do pagamento da prestação, já que inviável à autora fazer negativa de que estas não foram pagas, o que deixou de fazer.

Planilha de cálculos apresentada à fl. 27, da qual se decotam os honorários advocatícios, que devem ser fixados judicialmente.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos iniciais, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para condenar a ré ao pagamento de R\$ 2.334,82. Os valores serão corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além da incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Vencida, a parte ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Com o trânsito em julgado, querendo, a autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila – processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 08 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**